

# IPECE | Informe

Nº 202 – Janeiro/2022

**Alimentação de escolares no contexto pré-pandemia da Covid-19: uma análise dos dados da PeNSE do IBGE de 2019**

## Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

## Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

## Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Secretário Executivo de Gestão

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

### Diretor Geral

João Mário Santos de França

### Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

### Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

### Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

### Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

## IPECE Informe – Nº 202 – Janeiro/2022

### DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

### Elaboração:

Raquel da Silva Sales (Assessora Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

**Valores:** Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

**Visão:** Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo  
Cambeba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2022

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2022

ISSN: 2594-8717

1. Alimentação. 2. Educação. 3. Segurança Alimentar. 4. Saúde.

## Nesta Edição

Sabe-se que o aproveitamento escolar e a melhoria da condição de saúde dos alunos dependem, em parte, da qualidade da alimentação oferecida nas escolas. Este informe tem como objetivo trazer informações do tema alimentação dos escolares cearenses em 2019 (ano imediatamente anterior à pandemia de COVID-19) fazendo um comparativo com a situação do Nordeste e do Brasil com base na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) do IBGE que entrevistou estudantes do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

## 1. Introdução

Conflitos entre países, mudanças climáticas, desastres ambientais, desigualdade de renda e a COVID-19 vem acelerando o aumento do número de pessoas com fome no mundo e com isso, o volume de debates mundiais sobre o tema começaram a ganhar mais destaques. Nesse sentido o Prêmio Nobel da paz de 2020<sup>1</sup> foi para o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas por ser considerada como a maior organização humanitária do mundo de ajuda as inúmeras pessoas que sofrem de fome.

No relatório intitulado “*O Estado da Alimentação Escolar no Mundo em 2020*”<sup>2</sup> o Programa Mundial de Alimentos informou que no auge da crise, em abril de 2020, 199 países fecharam suas escolas e 370 milhões de crianças foram subitamente privadas do que, para muitas, era sua principal refeição do dia. Desta forma, pode-se dizer que a crise destacou mais uma vez a importância da alimentação escolar como uma rede de segurança social de proteção das crianças em todo mundo.

Sobre o tema alimentação de escolares o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com o Ministério da saúde e apoio com o Ministério da educação vem realizando uma pesquisa de periodicidade eventual com informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde dos escolares denominada de Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE.

Lançada em setembro de 2021, a mais recente edição da PeNSE faz referência ao ano de 2019. Assim, pode-se se dizer que ela trouxe-se o contexto pré-pandemia de escolares de 13 a 17 anos estudantes do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio da rede pública e privada em todo Brasil. O presente informe tem por objetivo apresentar a situação da alimentação dos escolares no Ceará, fazendo um comparativo com a situação do Nordeste e do Brasil. O intuito é contribuir com informações que motivem o debate e que possam resultar em melhores estratégias e planos de combate às vulnerabilidades existentes ou de medidas a serem adotadas para promover e garantir a Segurança alimentar e Nutricional de estudantes.

## 2. Alimentação- A questão do hábito e do que é oferecido nas escolas

Em um painel de destaque no evento do Green Rio, que ocorreu entre os dias 25 e 27 de novembro de 2021, intitulado “*Alimentação Escolar na América Latina*”, a Cooperação Brasil-FAO, apresentou o

---

<sup>1</sup> Prêmio Nobel da Paz dado ao WFP <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1729152> ; <https://www.nobelprize.org/ceremonies/nobel-peace-prize-award-presentation-2020/>

<sup>2</sup> Link da publicação [https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000131586/download/?\\_ga=2.203791637.489462679.1632143805-143290687.1632143805](https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000131586/download/?_ga=2.203791637.489462679.1632143805-143290687.1632143805)

projeto regional de alimentação escolar. Os aprendizados brasileiros em alimentação escolar, ganharam mais uma vez holofotes por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que ao longo de 60 anos tem sido reconhecido, especialmente pelos países em desenvolvimento, como uma referência de programa, o que possibilita oferecer suporte necessário a outros países da América Latina e do Caribe.

A Lei nº 11.947/2009 que universalizou o programa para toda educação básica, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, além dos jovens e adultos, definiu a educação alimentar e nutricional como eixo prioritário para o alcance dos objetivos do programa, fortaleceu a participação da comunidade no controle social por meio dos CAE (Conselhos de Alimentação Escolar) e também formalizou a garantia da alimentação aos alunos mesmo quando houver suspensão do repasse dos recursos por eventuais irregularidades constatadas.

Vale salientar que apesar da relevante contribuição do PNAE a alimentação dos escolares ainda é um desafio para as políticas públicas. Temos como exemplos de desafios: a) casos de pais que enviam lanches de casa para seus filhos sem levar em conta a qualidade nutricional; b) baixa adesão da alimentação escolar pelos alunos e; c) algumas dificuldades peculiares encontradas em cada município na gestão do PNAE.

## **2.1 Hábitos Alimentares dos escolares**

As desigualdades sociais são refletidas nos hábitos alimentares na medida que, as crianças de meio sociais desfavorecidos correm maior risco de ter excesso de peso, por exemplo. Foi o que mostrou o relatório da UNICEF<sup>3</sup> intitulado “*A Situação Mundial da Infância 2019: Crianças, alimentação e nutrição [The State of the World’s Children 2019: Children, food and nutrition]*”. O excesso de peso, considerado há muito tempo como uma condição dos ricos, vem se tornando cada vez mais uma doença dos pobres, refletindo a maior disponibilidade de “calorias baratas” de alimentos gordurosos e açucarados em quase todos os países do mundo.

Alguns estudos descrevem sobre o risco aumentado de desenvolvimento da forma grave da Covid-19<sup>4</sup>, uma vez que a obesidade torna um agravante do quadro infeccioso sistêmico. Para essas crianças, a refeição escolar pode ser a única refeição equilibrada do dia.

---

<sup>3</sup> <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/situacao-mundial-da-infancia-2019-crianca-alimentacao-e-nutricao>

<sup>4</sup> Costa LR, Mueller MEO, Frauches JP, Campos NB, Oliveira LS, Gentilin KF, et al. Obesidade infantil e quarentena: crianças obesas possuem maior risco para a Covid-19. *Resid Pediatr*. 2020;10(2):1-6 DOI: 10.25060/residpediatr-2020.v10n2-331

A PeNSE 2019, investigou o consumo habitual e do dia anterior exclusivamente de alimentos ultraprocessados – dos escolares de 13 a 17 anos. Dados do consumo de Alimentos Ultraprocessados- AUP no dia anterior são oriundos de quesitos que tratam da ingestão de 13 dos seguintes alimentos:

1. Refrigerante,
2. Suco de fruta industrializado,
3. Refresco em pó,
4. Bebida achocolatada,
5. Iogurte com sabor,
6. Biscoitos salgados (salgadinhos de pacote do tipo chips ou biscoito/bolacha salgado),
7. Biscoitos doces (biscoito ou bolacha doce, biscoito recheado ou bolinho de pacote),
8. Sobremesas industrializadas (chocolate, sorvete, gelatina, flan ou outra sobremesa industrializada),
9. Produtos cárneos (salsicha, linguiça, mortadela ou presunto),
10. Pães (pão de forma, pão de cachorro-quente ou pão de hambúrguer),
11. Margarina,
12. Molhos industrializados (maionese, ketchup ou outros molhos industrializados),
13. Refeições prontas industrializadas (macarrão instantâneo do tipo miojo, sopas de pacote, lasanha congelada ou outro prato comprado congelado).

Os ingredientes principais dos AUP fazem com que, com frequência, eles sejam ricos em açúcares e/ou gorduras além disso é comum que apresentem alto teor de sódio, por conta da adição de grandes quantidades de sal, necessárias para estender a duração média dos produtos e deixá-los mais saborosos. Tendem a ser muito pobres em fibras, que são importante aliados para a prevenção de doenças do coração, diabetes e de determinados tipos de câncer. Mesmo com o aumento na oferta de versões reformuladas desses produtos, às vezes denominadas light (com redução de ingrediente ou de calorias na composição) ou diet (isentos de açúcar ou gordura), os efeitos de longo prazo sobre a saúde e o efeito cumulativo da exposição a vários aditivos nem sempre são bem conhecidos.

Não consumir AUP não é uma escolha fácil por vários motivos: a) financeiro- o custo mais elevado dos alimentos minimamente processados diante dos AUP; b) excesso de alimentação fora de casa- a necessidade de fazer refeições em locais que não são oferecidas opções saudáveis de alimentação e; c) efeito publicidade- a exposição intensa à publicidade de alimentos não saudáveis intensificado nas redes sociais (Instagram, Facebook e outros) podem aumentar a capacidade consumida.

Os 13 AUP foram, então, agrupados e publicados pelo IBGE divididos em três grupos a seguir: a) bebidas ultraprocessadas; b) biscoitos e sobremesas industrializadas e; c) Alimentos ultraprocessados salgados. A Tabela 1 mostra o percentual de escolares de 13 a 17 anos no Ceará, por tipo de bebida ultraprocessada consumida no dia anterior à pesquisa. O refrigerante é a bebida mais consumida pela maioria. No Brasil, 40,8% dos escolares consumiram refrigerante, enquanto 25,4% consumiram bebida achocolatada. No Ceará, o consumo de refrigerante, suco, refresco em pó bebida achocolatada e iogurte tiveram taxa inferiores às encontradas no Brasil, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos no Brasil, Nordeste, Ceará, por tipo de bebida ultraprocessada consumida no dia anterior à pesquisa (%) em 2019.

<b>Tipo de Bebida</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Ceará</b>
Refrigerante	40,8	34,7	36,2
Suco de fruta em caixinha ou lata	24,7	23,5	23,3
Refresco em pó	24,8	19,1	18,1
Bebida achocolatada	25,4	17,8	20,5
Iogurte com sabor	16,4	14,8	15,1

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

\*Dados extraídos da Tabela 3.1.2 IBGE tema alimentação.

No ensino público, especificamente, é preciso levar em conta que a maioria dos estudantes vivem em famílias em situação financeira de classes mais baixas que os do ensino privado. Em alguns casos, podem até mesmo depender das refeições servidas na escola para conseguirem se alimentar corretamente durante o dia. Mas, além das escolas oferecerem as refeições, elas podem ajudar os alunos a criarem bons hábitos alimentares, alcançando assim dois aspectos: o da carência e/ou falta de alimentos e da qualidade da alimentação consumida.

A Tabela 2, a seguir, mostra o percentual consumido no Ceará por tipo de bebida ultraprocessada, consumida no dia anterior à pesquisa, e por dependência administrativa da escola (pública ou privada) com base nos dados da PeNSE 2019. O percentual consumido de qualquer uma das cinco bebidas selecionadas na pesquisa (refrigerante, suco de fruta em caixinha ou lata, refresco em pó, bebida achocolatada e iogurte com sabor) foi maior entre os escolares da escola privada que na pública.

**Tabela 2:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos no Ceará, por tipo de bebida ultraprocessada consumida no dia anterior à pesquisa (%) por dependência administrativa da escola em 2019

<b>Tipo de Bebida</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Refrigerante	35,5	40,6
Suco de fruta em caixinha ou lata	22,7	26,8
Refresco em pó	19,4	9,6
Bebida achocolatada	19,3	28,5
Iogurte com sabor	15,1	14,9

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

\*Dados extraídos da Tabela 3.3.1 IBGE.

Em alguns Estados do nosso país, a venda de doces, biscoitos recheados e outros em cantinas escolares é proibida. O PL nº 4.501, de 2020 em tramitação dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional. A Tabela 3 mostra que mais da metade dos escolares de 13 a 17 anos no Ceará consumiram biscoitos doces (56%) e biscoitos salgados (56,1%) e 27,8% sobremesas industrializadas.

**Tabela 3:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos no Ceará, por tipo de biscoito e sobremesa industrializada consumida no dia anterior à pesquisa (%)

<b>Tipo de Alimento</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Ceará</b>
Biscoito salgado	49,3	56,3	56,1
Biscoito doce	46,8	53,0	56,0
Sobremesa industrializada	33,1	27,0	27,8

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

\*Dados extraídos da Tabelas 3.3.2 do IBGE.

A Tabela 4 mostra a diferença das respostas dos escolares da rede privada e pública no Estado. Mais da metade dos escolares de 13 a 17 anos da rede pública e da rede privada consumiram biscoitos doces e salgados. Já o consumo de sobremesas industrializadas foi bem maior na rede privada (40,9%) em relação a pública (25,9%).

**Tabela 4:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos no Ceará, por tipo de biscoito e sobremesa industrializada consumida no dia anterior à pesquisa (%) por dependência administrativa

<b>Tipo de Alimento</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Biscoito salgado	56,9	50,6
Biscoito doce	56,6	51,8
Sobremesa industrializada	25,9	40,9

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

\*Dados extraídos da Tabela 3.3.2 IBGE.

A Tabela 5 mostra o percentual de escolares de 13 a 17 anos no Ceará por tipo de alimento ultraprocessado salgado (produto cárneo, pão, margarina, molho industrializado ou refeição pronta industrializada) consumido no dia anterior à pesquisa. No Brasil, o alimento salgado mais consumido foi o pão seguido da margarina e no Ceará foi a margarina seguido do pão. O percentual de escolares cearenses que consumiram "produto cárneo" que contempla a salsicha, linguiça, mortadela ou presunto foi maior que o percentual nacional (39,7%) e regional (36,9%). Vale salientar que a OMS<sup>5</sup> fez alerta baseada em relatório da Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc, na sigla em inglês) que comer salsicha, linguiça, bacon e presunto, entre outras carnes processadas, aumenta o risco de câncer em humanos.

**Tabela 5:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por tipo de alimento ultraprocessado salgado consumido no dia anterior à pesquisa.

<b>Tipo de Bebida</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Ceará</b>
Produto Cárneo	39,7	36,9	41,5
Pão	42,0	39,7	42,4
Margarina	40,5	47,5	49,0
Molho Industrializados	30,2	24,6	21,3
Refeição Pronta Industrializada	20,8	22,0	20,7

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

<sup>5</sup> <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//rrc-32-prevencao-o-cancer-embutido.pdf>

Dados extraídos da Tabela 3.5.2 do IBGE.

Por outro lado, ressalta-se que uma alimentação adequada e saudável deve ser diversificada, com uma boa variedade de frutas, legumes e verduras. A Tabela 6-a mostra que apenas 28,8% dos escolares brasileiros com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (legumes e/ou verduras) igual ou superior a cinco dias nos sete dias na semana. O Ceará (24,2%) apresentou taxa superior a cobertura nordestina (23,5%).

**Tabela 6 (a):** Percentual de escolares de 13 a 17 anos com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (legumes e/ou verduras) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa (%)

Tipo de Alimento	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	28,8	23,5	24,2
Público	27,7	23,0	24,0
Privado	35,6	26,9	25,5

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

Dados extraídos da Tabela 3.12.2 do IBGE.

Já a tabela 6- b mostra que apenas 26,9% dos escolares brasileiros com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (frutas frescas ou salada de frutas) igual ou superior a cinco dias nos sete dias na semana. O Ceará (24,0%) apresentou taxa inferior a cobertura nordestina (23,5%) e nacional (26,9%).

**Tabela 6 (b):** Percentual de escolares de 13 a 17 anos com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (frutas frescas ou salada de frutas) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa (%)

Tipo de Alimento	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	26,9	24,8	24,0
Público	26,3	24,4	23,7
Privado	30,7	27,1	25,7

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

Dados extraídos da Tabela 3.16.2 do IBGE.

Além do tipo de alimento, outro importante resultado a ser avaliado nos hábitos alimentares dos escolares é saber se as principais refeições estão sendo em família. Estudos<sup>6</sup> relacionam a alimentação realizada com os seus pais ou responsáveis legais trazem melhor qualidade de vida crianças e os jovens. A Tabela 7 mostra que, no Ceará, 67,8% dos escolares costumam almoçar ou jantar com os pais ou responsáveis. A taxa é maior entre os escolares da rede pública (69,3%) que na rede privada (57,7%). Vale ressaltar a importância deste tipo de hábito, mesmo para casos em que os pais têm tempo limitado com seus filhos. Nestas situações, as refeições em conjunto devem ser

<sup>6</sup> Sobre o tema artigo do Nexo intitulado “Por que refeições em família trazem benefícios para as crianças” disponível em <https://www.nexojournal.com.br/externo/2019/12/24/Por-que-refei%C3%A7%C3%B5es-em-fam%C3%ADlia-trazem-benef%C3%ADcios-para-as-crian%C3%A7as>

Ou exemplo é o artigo “Fazer refeições com os pais está associado à maior qualidade da alimentação de adolescentes brasileiros” Link <https://www.scielo.br/j/csp/a/gn4mx6pvVqNqJ5C8xb8DpxK/?lang=pt>

valorizadas, representando uma melhor forma de aproveitamento do tempo escasso e melhorando a convivência entre pais e filhos

**Tabela 7:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos que costumam almoçar ou jantar com pais ou responsáveis cinco dias ou mais na semana (%) em 2019

Tipo de Alimento	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	68,8	68,0	67,8
Público	69,7	69,0	69,3
Privado	63,4	61,1	57,7

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

Dados extraídos da Tabela 3.22.2 IBGE

### 3. Alimentação na Escola

Sabe-se da importância de adotar legislação, política ou regra escrita própria sobre alimentos oferecidos e/ou comercializados nas escolas e, portanto, nas escolas públicas do país, a alimentação escolar para a educação infantil conta com algumas diretrizes e protocolos. Alguns dos princípios normativos estão assegurados por lei.

No Ceará 99,2% dos escolares de 13 a 17 anos estavam em escolas públicas que informaram adotar legislação, política ou regra escrita própria sobre alimentos oferecidos e/ou comercializados em suas dependências, por dependência administrativa da escola, em 2019, taxa maior que a taxa nacional (96,7%) e a da encontrada na Região Nordeste (95,8%).

**Tabela 8:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram adotar legislação, política ou regra escrita própria sobre alimentos oferecidos e/ou comercializados em suas dependências, por dependência administrativa da escola em 2019

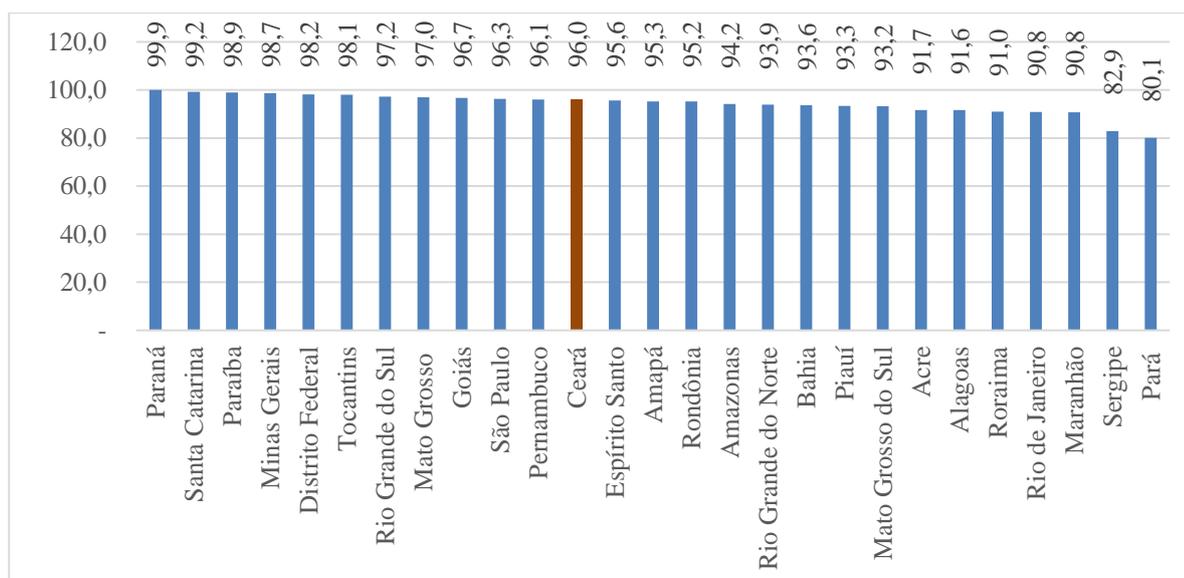
Esfera	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	94,8	93,9	96,0
Pública	96,7	96,7	99,2
Privada	83,8	74,8	75,6

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

Dados extraídos da Tabela 15.1 IBGE

No comparativo entre os estados, o Ceará (99,2%) foi o décimo segundo maior do Brasil e o terceiro maior do Nordeste em percentual de escolares de 13 a 17 anos estavam em escolas públicas que informaram adotar legislação, política ou regra escrita própria sobre alimentos oferecidos e/ou comercializados em suas dependências como mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram adotar legislação, política ou regra escrita própria sobre alimentos oferecidos e/ou comercializados em suas dependências



Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

Dados extraídos da Tabela 15.1 IBGE

No Ceará 100% dos escolares da rede pública estavam em escolas que informaram oferecer refeição para os alunos taxa maior que a da região (99,7%) e a brasileira (99,4%), como ilustra a tabela a seguir.

**Tabela 9:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram oferecer refeição para os alunos

Esfera	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	89,2	89,4	91,1
Pública	99,4	99,7	100,0
Privada	28,7	20,5	32,5

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

O Ceará (74,9%) obteve percentual de escolares de 13 a 17 anos cujas escolas oferecem comida ou merenda, que não contempla comida comprada em cantinas, acima da taxa nordestina (71,1%) e isso ocorreu também para os escolares da rede pública como mostra os resultados da Tabela 10.

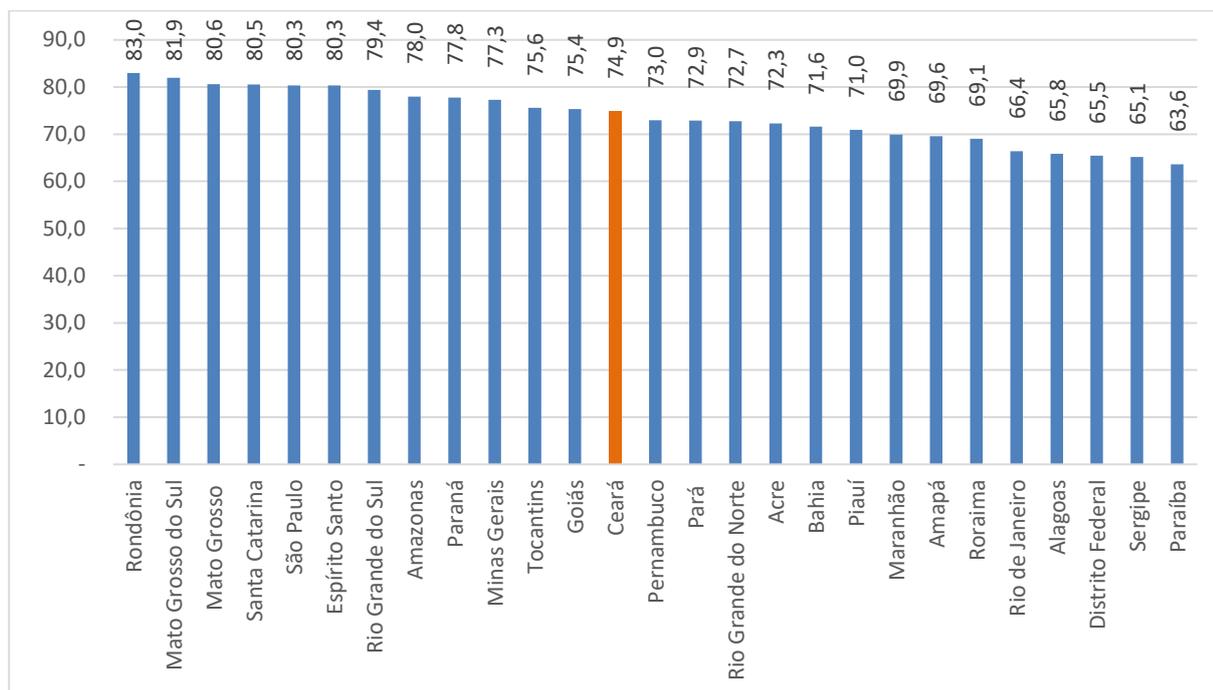
**Tabela 10:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos cujas escolas oferecem comida ou merenda escolar (%)

Esfera	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	75,3	71,1	74,9
Pública	85,2	80,2	84,9
Privada	16,2	10,1	9,8

Fonte: PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

Dados extraídos da Tabela 3.24.2 IBGE

O Ceará foi o estado nordestino com o maior percentual de escolares de 13 a 17 anos cujas escolas oferecem comida ou merenda, que não contempla comida comprada em cantinas, como mostra o Gráfico 2.

**Gráfico 2: Percentual de escolares de 13 a 17 anos cujas escolas oferecem comida ou merenda escolar (%)**

**Fonte:** PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

**Dados extraídos da Tabela 3.24.2 IBGE**

A Tabela 11 mostra que 100% escolares cearenses da rede pública ou privada estavam em escolas que informaram oferecer refeição para eles no turno da manhã.

**Tabela 11:** Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram oferecer refeição para os alunos por etapa de ensino com oferta pelo turno da manhã

Esfera	Brasil	Nordeste	Ceará
Total	98,4	97,5	100,0
Pública	98,6	97,5	100,0
Privada	95,2	99,9	100,0

**Fonte:** PeNSE 2019/ IBGE. Elaboração Própria.

**Dados extraídos da Tabela 15.4.2 IBGE**

A Lei 13.666, de 2018, incluiu a educação alimentar e nutricional nos currículos escolares dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e privadas. Na agenda legislativa dos parlamentares citamos que no Senado, tramita o projeto PLS 346/2018 que dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica; já o PLS 392/2018 que dita os alimentos com alto teor de sódio poderão ter no rótulo advertência ao consumidor e; uma outra proposição, o PLS 532/2018, estabelece que os alimentos industrializados poderão sofrer restrições em sua composição, visando a melhoria da saúde dos consumidores ao fixar limites máximos de gorduras, açúcares e sódio contidos em achocolatados, biscoitos, produtos lácteos e nas bebidas açucaradas. Por fim citamos o PL 4.501/2020 que visa proibir a venda de alimentos e bebidas ultraprocessados em cantinas escolares.

### **3. Conclusões finais**

O Cenário imediatamente anterior ao início da pandemia mostrou que no Ceará boa parte dos escolares de 13 a 17 anos ainda consomem alimentos ultraprocessados. Contudo, o consumo de refrigerante, suco, refresco em pó, bebida achocolatada e iogurte tiveram taxas inferiores às encontradas no Brasil. Além disso, o Ceará foi o terceiro maior do Nordeste em percentual de escolares de 13 a 17 anos que estavam em escolas públicas que informaram adotar legislação, política ou regra escrita própria sobre alimentos oferecidos e/ou comercializados em suas dependências. Também foi o estado do Nordeste com maior percentual de escolares de 13 a 17 anos cujas escolas oferecem comida ou merenda que não contempla comida comprada em cantinas.

Ressalta-se a importância das políticas públicas voltadas a alimentação escolar para evitar problemas de saúde em jovens por resultado de má alimentação. Vale salientar que, com a pandemia e o agravamento da fome, o Estado do Ceará promove políticas direcionadas à segurança alimentar com destaque para o programa Mais Nutrição Ceará; a política do Vale-Gás; a entrega de cestas básicas; o auxílio catador; o cartão mais infância; dentre outros.